

1.1 Vivemos a turbulência de um mundo com a economia e as crises globalizadas. Aqui e ali, firmam-se movimentos sociais: como o movimento do tipo *Ocupem Wall Street*; movimentos estudantis dominando as ruas da Espanha, Inglaterra e Chile; levantes populares são convocados pela internet em países árabes. Tudo isso nos leva a uma ampla discussão sobre o conceito de democracia política, social, tecnológica e da indissociabilidade do direito à educação de outros direitos. Qual a sua opinião sobre esses conceitos e sua correlação com os acontecimentos no mundo?

R: Vivemos um tempo novo em que precisamos de rever profundamente o tipo de democracia que praticamos, de facto e não apenas de direito, de dever e não apenas de adquirido, a chamada democracia real, a que realmente existe nas nossas ruas, bairros e cidades, não aquela sobre a qual se fala. Em termos culturais, nada está adquirido para sempre, não há adquiridos históricos. A democracia não é um adquirido. Todo o cuidado civilizacional é pouco, pois em cada momento podemos repetir erros históricos fatais (como os que conduziram às duas Guerras Mundias do séc. XX). O tempo que hoje vivemos aponta cada vez mais para o esgotamento de um tipo de democracia representativa ao qual já não chega contrapor a democracia participativa (não haverá outra!), mas a real democracia deliberativa. Para isso, muito tem de mudar socialmente e ao longo de muito tempo!

É claro que o direito à educação, como qualquer outro, só se deve considerar num quadro geral de direitos e de deveres, no quadro das políticas públicas de âmbito social. Considerar o direito à educação, numa dada comunidade, separadamente, *per se*, não faz qualquer sentido, ficará sempre um direito inalcançável.

Os acontecimentos a que se refere são muito díspares e muito desconexos. Revelam insatisfação e até indignação. Isso é bom, é um começo, mas é muito pouco, na hora de colocar em acção mais justiça ou equidade, mais educação na nossa rua, bairro ou cidade. A indignação é apenas uma manifestação de disposições, pouco acrescenta no caminho a fazer. A indignação é apenas um traço típico da mesma pós-modernidade translúcida ou líquida, como diz Bauman, que se pretende criticar e pôr em causa...

1.2 Qual seria o papel da educação na construção de uma democracia completa (social, política, racial, económica etc)? Qual a relação desta construção com conceito revisado de cidadania, considerando-se a atuação global do trabalhador?

R: A educação, pelo seu papel emancipador e de *empowerment* de cada pessoa, desempenha sempre um papel crucial em qualquer comunidade humana. Ela constitui, a par de uma boa educação familiar, um esteio central para o exercício pleno da cidadania. Se eu não sei quem sou nem me revelo nos meus traços únicos e nas minhas potencialidades, como é que participo activamente na construção da minha cidade? Se eu não domino a minha língua materna, como é que penso e como é que comunico? Se não conheço a minha história como é que penso o futuro, pois sem passado não há prólogo, como dizia um historiador. E por aí fora... A educação continua a ser a principal fonte de revelação de

cada pessoa e um importante cimento cultural e solidário, sem qualquer paralelo com qualquer outra política social.

- 1.3 Durante muito tempo, o Brasil priorizou metas quantitativas para a educação, consideradas como sinônimo de *democratização de acesso a unidades escolares*. Hoje, já se fala em metas qualitativas e inovação educacional. O que há de novo e de qualidade na educação voltada à formação para a cidadania?

R: Essa divisão entre metas quantitativas e qualitativas em educação é porventura necessária, em termos históricos, mas é um pouco estranha. Só avançamos em qualidade na educação tendo toda população escolarizada e só temos toda a população escolarizada se a educação tiver realmente qualidade. A educação é de todos e para todos, é a de cada um e é para cada um. O acesso é muito importante e deve estar garantido, mas o acesso sem o sucesso é como convidar alguém para a festa e, na hora da dança, deixá-lo sentado e abandonado a um canto, a comer os restos. O tema da democratização do acesso e o tema da criação de uma educação que proporcione o sucesso para todos, sobretudo os mais pobres, os que agora chegam também à educação escolar e a uma educação escolar cada mais mais longa, são temas que sempre que são conjugados em separado dão asneira. As políticas públicas de educação que deram durante muito tempo muita atenção apenas à democratização do acesso, acabaram por não ter nem bons níveis de sucesso escolar, mas enormes caudais de insucesso e de abandono prematuro, nem grande capacidade para alcançarem os seus objectivos ditos quantitativos, pois há uma parte da população que rejeita esse tipo de escola fabriqueira e rasca. O melhor, em educação, é colocar muita qualidade em qualquer quantidade. De outro modo, dá mesmo asneira. O caso de Portugal é um bom exemplo, mas há mais, em vizinhos europeus! Nem dá para primeiro cuidar da quantidade e depois da qualidade, quem diz isso está a enganar-se a si e aos outros. Em educação isso não dá, porque tudo o que se faz tem de ter qualidade; não falo da qualidade da educação escolar elitista, que era para meia-dúzia, mas da educação escolar que é para todos, e essa só pode ter qualidade mesmo se for mesmo para todos e não servir, como a escola elitista, para deitar uns quantos fora e prosseguir o seu caminho! Qual caminho? Não será certamente o da educação de cada um e de todos e para cada um e para todos. Não é nada fácil, eu sei-o bem, mas em educação nada é fácil, mas é tudo sempre maravilhoso!

- 1.4 Moacyr Gadotti, do Instituto Paulo Freire, fala que é preciso “educar para o sonho”, “educar para esperança”. Porém como levar esse conceito para a formação para o trabalho? Como fazê-lo quando a expectativa da educação para o trabalho é, especialmente, a inserção do indivíduo no mundo competitivo?

R: Que outra educação se pode fazer para o trabalho que não deva ser uma educação para a esperança e para o sonho? Que outra forma existe de o ser humano se realizar que não através do trabalho, na amplitude das suas formulações possíveis? É que este modelo de trabalho e emprego, sujeito à acumulação capitalista e ao lucro como orientação

dominante, é um modelo em declínio, anti-humano e adversário da solidariedade, podendo demorar mais ou menos tempo a desaparecer. As pessoas que hoje são educadas para o trabalho, são as mesmas que devem ser educadas para o exercício de uma vida digna e essa vida não é apenas trabalho, mas desde logo é cidadania, é capacidade para pensar criticamente o mundo, os outros e a vida, é ser próximo e acolhedor do outro, é fruição cultural e é criação, cada um a seu modo e tempo.

Claro que este mundo económico que grassa em nosso redor é muito competitivo e a educação para o exercício de uma multiplicidade de papéis pessoais e profissionais e para o trabalho não pode deixar de ter em conta a economia que temos. Mas a educação para o trabalho deve ser sempre educação para a vida toda, mesmo que focada na preparação para um exercício profissional concreto (mecânico, contabilista, informático, engenheiro, etc). Mais do que educação técnica ou, melhor, tecnológica, é preciso que a educação para o trabalho seja cada vez mais laborologia, ou seja, a compreensão do que é o trabalho hoje, a precariedade, o objectivo da empresa, a procura de um lugar no mercado de trabalho, a sua competitividade, a criação do seu próprio emprego, o que procurar com a actividade económica, o sentido das coisas que se fazem...É exactamente porque concordamos com uma educação para o trabalho que deixe de lado o sentido das coisas que depois as coisas no trabalho acabem por ter pouco sentido, mormente este mundo do trabalho que edificamos, sujeito meramente ao lucro e não ao homem, escravo do lucro e não dignidade para o homem. E uma educação para o trabalho concebida deste modo é perfeitamente viável e é para aí que muitos países do mundo estão a caminhar, com consciência das limitações e do enorme caminho a percorrer.

1.5 Qual a sua opinião sobre a pedagogia das competências?

R: Não sou muito adepto desse ou de outro qualquer modelo vincado de pedagogia. Porquê de competências? É importante definirmos sempre onde queremos chegar, em termos educativos, em qualquer processo de educação. A pedagogia diz-nos que o seu próprio e verdadeiro alcance é a dignidade de cada pessoa, na sua revelação única. O estabelecimento de perfis de competências não é erro, é uma tarefa, entre outras, desde que esse perfil não deixe de lado nenhuma parte do que é humano. Temos de voltar a juntar o que andamos a dispersar e, em educação, voltar a reunir o que foi sendo profundamente separado, na nossa história recente, nos últimos dois séculos.

1.6 Qual experiência pedagógica o senhor destacaria como mais inovadora para a formação para o mundo do trabalho e da tecnologia?

R: Não existem experiências pedagógicas mais inovadoras, sem se perceberem os contextos, seja da experiência seja do terreno, que é diferente do original, onde se quer que essas experiências germinem. Conheço muito boas iniciativas para melhorar a formação para o trabalho: nos países nórdicos da Europa, como a Noruega, são criadas amplas bases comuns sobre as quais os alunos de 16 anos podem vir a eleger uma área profissional; nas escolas profissionais de Portugal foi criada um “Área de Integração” em todos os cursos profissionais (16-18 anos), em que saberes oriundos da Filosofia, da Geografia e da História são integrados numa “disciplina” que é obrigatória para todos os que se “preparam para o

trabalho”; conheço as visitas de estudo sérias e frequentes aos locais de trabalho em que as escolas se situam, para os pensar em termos escolares e socioeducativos; conheço empresas e associações de empresas que cooperam com escolas para capacitarem melhor os profissionais que desejam via a ter;

1.7 Como resolver a esquizofrenia da educação de nível médio, especialmente no Brasil, onde transitamos entre a ênfase na propedêutica e na preparação técnica/tecnológica?

R: Esse balanço e essa dificuldade ocorrem em todo o mundo, não é só no Brasil. A matriz inicial do ensino médio é o liceu, o lycée, o gymnasium, o ensino geral dirigido a elites sociais. Depois veio o ensino técnico e profissional, para os filhos dos mais pobres, uma boa parte dos “novos chegados” ao ensino médio. E logo depois surgiu a necessidade de se fazer o balanço entre as partes, pois tudo leva a crer que se estão, por esta via de diferenciação, a estratificar relações sociais de desigualdade. Ora, a questão reside em saber como criar um ensino médio que escape a esta torpe função estratificadora (que sempre existirá e talvez seja agora transportada para o ensino superior) e ofereça a todos oportunidades de orientação escolar e vocacional a todos os jovens, mesmo aos que já sabem o que querem fazer que é reproduzir o que os seus pais fazem (seja no mais alto seja no mais baixo da pirâmide!). Aí é que vale a pena investir tempo, conhecimento do mundo, pensamento, reflexão aturada e decisão, sempre em acompanhamento e correcção contínua. A minha experiência diz-me que o importante é que se crie um quadro muito flexível de orientação e educação, que pode ter pelo menos três partes: (i) um núcleo duro de aprendizagens, onde pontuam a língua materna e uma língua estrangeira e a filosofia e/ou a história, com acentuações diversas, conforme o que os jovens desejem fazer como percurso escolar (tipo Português A e B); (ii) um quadro mais aberto de outras oportunidades, onde também se podem realizar escolhas mais pré-formatadas, como para quem já sabe que quer ir para um dado curso superior ou para uma actividade profissional imediata (também com ofertas A e B, conforme a orientação que se segue); (iii) e uma área mais aberta, de experimentação pessoal, que é muito importante na hora de estruturar traves mestras sobre o mundo e a vida, sobre a cultura (e que pode ser mais ou menos extensa, conforme as opções de cada um, e que pode conter artes, expressões, oficinas várias, experiências de trabalho, filosofia, comércio, publicidade, etc). O importante é que qualquer percurso seja educativamente equiparável ao outro, com todas as consequências, em termos de equivalências, e que seja aberto sobre o futuro, permitindo interromper e retomar os estudos em qualquer momento. O mais importante é que o ensino médio não seja uma prisão, em que o jovem seja obrigado a arrastar uma bola de ferro atada aos pés, conforme a opção que faz aos 15 ou 16 anos! A escola já é uma oportunidade educativa tão cheia de debilidades que, se a carregarmos ainda com mais espartilhos, a tornamos mesmo insuportável, sobretudo para a franja dos que não são da classe média, filhos de pais escolarizados, com casa com conforto e livros para ler, ...As acentuações de conteúdos do tipo A e B facilitam o acesso de todos a importantes componentes da formação humanista que importa nunca perder, pois perder as referências da história, das línguas, da filosofia,

das artes, é perder o essencial da nossa cultura comum, qualquer que seja a actividade profissional e o trabalho de cada um, no futuro.

1.8 Como fazer com que o professor rompa o círculo vicioso das práticas pedagógicas excludentes e antidemocráticas? A quem cabe promover essa mudança: a escola, o governo (por meio de políticas públicas) ou é uma decisão individual?

R: A exclusão é antes de mais um dado institucional. O hábito faz o monge, dizemos nós. O contexto cria a mão, define a orientação. O problema não é do professor. É do contexto no qual o professor age, que o orienta num dado sentido e o alinha com um dado horizonte para o seu trabalho. Se a minha instituição escolar é excludente, dificilmente um professor poderá desenhar com sucesso práticas pedagógicas que ajudem à inclusão de todos, com qualidade para cada percurso de cada aluno. Se a minha instituição, ao contrário, procura por todos os meios esses percursos de qualidade para todos, então todos os professores são chamados a ter aí um papel de construtores desses percursos...Dito isto, acredito em políticas públicas que orientem a acção das instituições de educação e formação, acredito em instituições autónomas que trabalhem pedagogicamente com cada um dos seus alunos e acredito na capacidade delas escolherem e capacitarem os seus docentes e formadores, para estes alinharem com a sua missão, visão e valores. Isso de “fazer com que o professor rompa o círculo vicioso” é como querer endireitar a sombra da vara torta. Ninguém endireita ninguém, ninguém endireita alguém que não se queira endireitar e que não seja induzido a isso e que no dia-a-dia não tenha oportunidades abertas para o fazer.

1.9 Em alguns artigos e entrevistas, o senhor destaca a necessidade de aproximação das escolas com as comunidades locais. Qual a importância dessa aproximação e como fugir a reprodução de estereótipos na condução dessa relação entre educação e desenvolvimento social local ?

R: A aproximação das escolas às comunidades locais tem que ver sobretudo com esse magno objectivo de se proporcionar uma boa educação a todas as crianças e jovens. Não é viável alcançar este objectivo sem envolver as famílias, as instituições locais, o poder autárquico, as associações culturais e quaisquer outras, ou seja, todos são poucos para ajudarem a criar percursos educativos de qualidade para cada um e para todos. As escolas que trabalham com esse objectivo bem claro em mente sabem bem que a cooperação de todos é fundamental. Não haverá mais e melhor educação sem o compromisso social concreto de muitas entidades e pessoas de cada comunidade local. O desenvolvimento social de qualquer comunidade é antes de mais um desenvolvimento sustentado numa educação de qualidade, com significância e com base no pleno desenvolvimento pessoal. As escolas e os centros de formação agem de modo muito isolado e depois...deixam cair uma parte dos seus alunos porque não aprendem, porque não são assíduos, porque não são disciplinados, porque não estudam, porque têm de trabalhar ao lado dos pais, porque... Há imensos alibis para quem não tem clara a sua missão institucional e para quem não se bate, em cada comunidade, pela educação de todos, sem excepção, nem que se tenha, institucionalmente, de fazer o pino! Não se trata de copiar a comunidade, trata-se de envolver toda a comunidade num dado projecto de superior interesse comum: a educação

de cada criança e jovem e de todos eles, sem excepção. Ora, isso é algo que puxa para cima, que não deixa ficar uma dada comunidade colada ao chão das desigualdades sociais e da indiferença diante delas (que é pior ainda!).

1.10 A sustentabilidade é hoje um tema muito abordado nos meios académicos, mas quase sempre atrelado às relações de produção e de economia. Contudo, do ponto de vista da educação...Que práticas inovadoras nesse campo, o senhor tem conhecimento no Brasil ou no mundo?

R: Já fui respondendo...pode anular

1.11 Considerando-se as práticas mundiais de Educação Profissional, podemos afirmar que ela está formando um trabalhador emancipado? Ou estamos falando de algo utópico?

R: Não, estamos ainda muito longe de conseguir tal objectivo. E por uma razão simples: a nossa sociedade, em termos políticos, não está muito interessada em fomentar tal tipo de trabalhador. Veja as empresas, milhões de empresas por todo o mundo! O que querem e o que promovem todos os dias não é esse tipo de trabalhador. Então, porque razão deveria a escola ser o único veículo automóvel a andar ao contrário na auto-estrada? Por vezes somos muito infantis nas nossas abordagens políticas da educação, esperando que uma pequena parcela da sociedade mude o todo. Ainda por cima a escola, essa instituição tão “débilmente articulada” e tão frágil na sua missão emancipadora. O ensino profissional tem de continuar a melhorar e na linha do que disse acima: indo de encontro aos interesses de cada aluno, motivando-o e conciliando uma boa formação sociocultural com um direccionamento para um exercício profissional concreto. Não se trata de fazer a “quadratura do círculo”, é algo que está nas mãos das instituições de educação. Dito isto, é claro que uma escola que tenha como horizonte a formação de um trabalhador autónomo, competente, criativo e solidário, tudo deve fazer para realizar esse seu objectivo, qualquer que seja o contexto onde se insere. Mais uma vez, o foco institucional é crucial, o que nos alerta para o papel também nuclear dos directores e das equipas de direcção das escolas, para a formação contínua dos professores em cada instituição, etc...

1.12 Como conciliar a necessidade de trabalhadores preparados para ocuparem empregos mais qualificados, devido ao avanço tecnológico, e o aumento mundial de empregos não-qualificados principalmente nos segmentos de serviços? É possível elevar o nível dos empregos no mercado de serviços?

R: Aí está, para “elevar o nível dos empregos no mercado dos serviços” as escolas podem fazer algo, mas pouco, se o mercado dos serviços não estiver a mudar ele mesmo, fruto de outras dinâmicas sociais complementares. Contará com o contributo das escolas, sem dúvida, mas com um pequeno contributo, face ao gigantismo dos mercados e à

internacionalização dos mercados dos serviços. Não nos podemos armar em dom quixotes, a entrar pelo mercado dos serviços dentro, de espada em riste, com o peito cheio de diplomados que nunca foram desejados! Podemos, isso sim, e esse será o nosso contributo sociocultural, como instituições de educação, educar bem os nossos jovens e qualificá-los competentemente para um tipo de serviço profissional competente e mais autónomo, criativo e solidário. As escolas “justas” não são a panaceia para um mundo injusto. Se colocarmos os objectivos das instituições de educação fora do alcance de uma concretização socialmente digna, estamos a condenar os jovens a um limbo profissional que não existe e as escolas a uma difícil sobrevivência, a cair em frustração atrás de frustração e a desistir de qualquer desígnio sociocultural elevado! E, desse modo, não haverá projecto institucional que resista a tantos desastres, nem profissionais que se encontrem profissionalmente comprometidos e alinhados com um horizonte social de justiça e solidariedade nas nossas instituições educativas. Preciamos de crescer na consciência da realidade que nos cerca, andamos a crescer em desconhecimento da realidade, de tal modo somos influenciados pelos media e não pelos nossos pés, olhos e mãos, temos de “subir” à realidade que realmente nos cerca, com sede de acolher o outro e de gestos solidários!

Joaquim Azevedo
Porto, Dezembro de 2011